

**A. I. Nº** - 298951.0703/03-8  
**AUTUADO** - GABRIELA VEÍCULOS LTDA.  
**AUTUANTES** - ANANIAS JOSÉ CARDOSO FILHO e EDIJALMA FERREIRA DOS SANTOS  
**ORIGEM** - INFAZ ITABUNA  
**INTERNET** - 16.12.03

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0483-02/03

**EMENTA:** ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ÁLCOOL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO IMPOSTO NORMAL E ANTECIPADO DE MERCADORIA, SUJEITA AO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, ENTRADA NO ESTABELECIMENTO SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. O contribuinte é responsável pelo pagamento do imposto normal, devido pelo fornecedor, e pelo antecipado, relativo às mercadorias, sujeitas a substituição tributária, recebidas sem documentação fiscal. Exigência parcialmente subsistente quanto ao exercício de 2002 e insubsistente no tocante ao período de 2003, no qual se apurou omissão de saídas, cabendo-lhe multa por falta de emissão de documentação fiscal, por se tratar de mercadoria com fase de tributação encerrada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 03/07/03, exige o recolhimento do ICMS no montante de R\$14.611,40, apurado através de levantamento quantitativo de estoque de álcool hidratado, adquirido de terceiros desacompanhado de documentação fiscal, conforme documentos às fls. 10 a 18 dos autos, sendo: R\$2.134,02 e R\$8.961,28, na condição de responsável solidário, relativos ao exercício de 2002, e 2003 (01/01 a 04/06), respectivamente, e R\$676,27 e R\$2.839,83, por antecipação tributária.

O sujeito passivo, às fls. 71 a 82 do PAF, impugna o lançamento do crédito tributário sob a alegação de que o levantamento fiscal contém os seguintes equívocos: considerar saído da filial o produto constante de notas fiscais da matriz nos dois exercícios e não considerar a entrada de 5.000 litros de álcool constante da nota fiscal de n.º 1450, emitida em 22/05/03. Como prova de suas alegações, anexa os documentos às fls. 90 a 112 dos autos. Assim, pede a improcedência do Auto de infração.

O autuante, Ananias José Cardoso Filho, em seu pronunciamento, à fl. 115, reconhece como procedentes as alegações do autuado, anexando novo demonstrativo de cálculo e relação de entradas e de saídas no período, suprimindo as incorreções, conforme documentos às fls. 116 a 120 dos autos. Por fim, conclui pelo “ICMS NORMAL” de R\$3.910,99 e R\$2.697,00, e “ICMS ANTEC.” de R\$1.239,39 e R\$854,68, respectivamente aos exercícios de 2002 e 2003.

Intimado a se pronunciar sobre os novos valores, o autuado novamente comprova que as oito notas fiscais de saídas, relacionadas à fl. 118 do PAF, relativas ao exercício de 2002, de n.ºs 138, 162, 167, 172,

186, 222, 244 e 273, foram emitidas a partir de agosto de 2003 e não se referem à mercadoria álcool hidratado, consoante cópias às fls. 132 a 139 dos autos. Também alega que o autuante deixou de considerar a entrada de 10.000 litros de álcool hidratado, relativo a nota fiscal de entrada de n.º 1131, emitida em 11/01/03 e devidamente escriturada à fl. 2 do Registro de Entradas, conforme fls. 140 a 142 dos autos. Assim, conclui pela diferença de entradas de 21,75 litros de álcool hidratado, apenas para o exercício de 2002, do que entende perfeitamente justificável pela evaporação ou aferição do estoque.

## VOTO

Em razão dos novos demonstrativos sintéticos e analíticos, constantes às fls. 116 a 120 dos autos, após reconhecimento pelos autuantes dos equívocos cometidos no levantamento original, o sujeito passivo volta a alegar a existência de falhas no levantamento fiscal, as quais são devidamente comprovadas documentalmente, consoante fls. 132 a 142 do PAF, onde pode-se verificar que as notas fiscais relacionadas como saídas de álcool hidratado no exercício de 2002 (fl. 118) na verdade não correspondem ao aludido período e produto, como também que não foi considerada a entrada de 10.000 litros de álcool hidratado, conforme nota fiscal de n.º 1131, emitida em 11/01/03 e registrada no mesmo dia no livro Registro de Entradas (fls. 45 e 140 a 142). Assim, apesar de observar que os autuantes não se pronunciaram sobre as últimas razões de defesa, constantes às fls. 127 a 131 dos autos, entendo desnecessária nova informação fiscal diante de tais provas documentais.

Portanto, após as considerações defensivas, verifica-se as seguintes situações:

ERRATA DA AUDITORIA DO ESTOQUE - ÁLCOOL - Fonte: fl. 116 do PAF												
ANO	Unid.	Est.	Entrada	Est.	Saídas	Saídas	OMISSÃO		Preço	B. Cálculo	ICMS	
		Inicial		Final	Reais	(Bombas)	Entradas	Saídas	Médio	Entradas	Normal	Antec.
2002	Lt	5.000	15.000	4.589	15.411	15.432,75	21,75	-	1,05	22,84	6,17	1,95
2003	Lt	4.589	25.000	7.182	22.407	19.989,85	-	2.417	-	-	-	-

Assim, para o exercício de 2002, é devido o imposto, na condição de responsável solidário, devido pelo fornecedor, no valor de R\$6,17 (infração 01) e a antecipação tributária no valor de R\$1,95 (infração 02), decorrente da constatação de omissão de entradas de 21,75 litros de álcool.

Quanto ao período de 01/01/03 a 04/06/03, relativo às infrações 03 e 04, observa-se a ocorrência de omissão de saídas de produto sujeito a substituição tributária e, consequentemente, com fase de tributação encerrada. Assim, não subsiste a exigência do imposto, sendo, nos termos do art. 157 do RPAF, aprovado pelo Decreto n.º 7.629/99, cabível a multa de R\$690,00 por estar o contribuinte realizando operações sem emissão da documentação fiscal correspondente, conforme previsto no art. 42, inciso XIV-A, alínea “a”, da Lei n.º 7.014/96, alterada pela Lei n.º 8.534/02.

Do exposto, voto o Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE no valor de R\$698,12.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração n.º **298951.0703/03-8**, lavrado contra **GABRIELA VEÍCULOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$8,12**, acrescido das multas de 60% sobre R\$1,95 e 70% sobre R\$6,17, previstas, respectivamente, no art. 42, II, “d” e III da Lei n.º 7.014/96, e demais acréscimos legais, além da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIX-A, “a” da Lei n.º 7.014/96, alterada pela Lei n.º 8.534/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 4 de dezembro de 2003.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO - PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR – JULGADOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR